

III Conferência Municipal da Criança e do Adolescente 10 anos de História, 10 anos de luta pela infância e Adolescência

Uma década de caminho vivido para implantar o Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Um estatuto decretado pelo homem, como diria Thiago de Mello, feito e refeito, criado e recriado pelos que sonhavam ver as crianças brincando nas praças, aprendendo na escola, praticando esportes no campo, saltando dos muros de modo saudável, empinando papagaio no céu azul, doce sonho de quem acredita na vida.

O Brasil mudou para pior, não distribuiu a renda, ganhou o título da desigualdade social, desempregou a maioria dos pais de família não dividiu as terras de seu imenso território; permitiu que as crianças e os adolescentes trabalhassem para completar a renda familiar, deu condições para o abuso sexual de jovens meninas de todo o Sertão, abriu as comportas das drogas para toda nação, bendizou as chacinas de adolescentes, miséria, fome, pobreza absoluta da maioria da população brasileira. Os governantes preferiram a globalização, o modelo neo-liberal, a economia de mercado, enfim a privatização da luz, do gaz, do telefone, das estradas da comunicação dentre outras.

Toda esta situação prejudicou a implantação do ECA em plenitude. De um lado houve uma movimentação geral para eleger os Conselhos de Direito e Tutelares, sem no entanto ter uma formação continuada e permanente. Houve a celebração de que criança e adolescente era prioridade absoluta, sujeita de direitos. Mas não vimos a implementação do pré natal, de certificação do nascimento, dos acessos a escola com sucesso, o cuidado com sua situação peculiar de crescer, amadurecer e desenvolver.

Vimos alguns segmentos da sociedade civil lutando pela melhoria da escola, pela formação dos educadores, por definir uma pedagogia de direitos, percebemos marchas para irradicação do trabalho infantil e instituições de

atendimento autores de ato infracional se reordenando em algumas partes do país. No entanto, vimos a participação mínima de um Estado irresponsável, que apesar das proposituras dos Conselhos Municipais de Direitos não implementou as Políticas Públicas básicas de atendimento da infância e da adolescência.

Nasceram Fóruns Municipais e Estaduais, associações de conselheiros tutelares por toda a Nação, o debate floresceu mas muita imaturidade, conflitos e guerra pelo poder se espalharam pelo país.

Percebemos muitas adesões para implantação do ECA, como universidades, sindicatos, setores de defesa dos direitos humanos, associações de várias categorias, no entanto ainda prevalece uma mentalidade repressora, primitiva e desumana em relação a infância e adolescência no país.

Neste sentido há ainda muitas perspectivas para mudar em relação ao ECA: sua própria implantação adequada e legítima: a capacitação continuada de todos os operadores direta e indiretamente ligados a infância, adolescência e juventude; mudança da mentalidade dos meios de comunicação de massa e da própria mentalidade da sociedade em relação ao seu papel formador e orientador das gerações infanto-juvenis; reordenamento institucional do legislativo, judiciário e executivo, frente as políticas públicas de atendimento da criança e da adolescência.

Como se pode perceber houve avanços e recuos nestes 10 anos de luta em defesa dos direitos das crianças, no entanto, ainda carecemos de sensibilidade política, mobilizações em massa, participação efetiva e organização popular para alcançar o sonho almejado por tantos nesta empreitada social no final do século XX.

Profª Drª Maria Stela Santos Graciani
Representante do CONANDA – PUC/SP
- 26/08/99 -

